

“Lisboa dos Italianos”: presença italiana e práticas de nacionalidade nos primeiros trinta anos do século XIX

**“The Lisbon of the Italians”:
The Italian presence in the Portuguese capital and the national practices of the Italian community (early 19th century)**

Carmine Cassino*

submissão/submission: 31/01/2015

aceitação/approval: 06/04/2015

RESUMO

A cidade de Lisboa tem registado desde o século XV uma importante presença italiana, ligada às práticas comerciais e financeiras, e organizada nas “nações” de mercadores florentinos, genoveses e venezianos. Com o processo de “italianização” que afeta o país a partir de meados do século XVIII, mudar-se-á a composição da própria comunidade italiana. Esta acolhe cada vez mais pessoas, num processo de diversificação das atividades socioeconómicas. Também muda a perceção das instituições e da sociedade portuguesa em relação a esta presença. A partir de então projeta-se a imagem duma “nação italiana” única, coesa em torno de elementos identitários comuns.

* CH - Centro de História, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, Portugal.

Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, doutorando em História Contemporânea com uma tese sobre a emigração italiana em Portugal e a comunidade italiana em Lisboa na primeira metade do século XIX. Bolseiro da Fundação pela Ciência e Tecnologia, publicou vários estudos sobre as relações luso-italianas no século XIX. É colaborador do Instituto Italiano de Cultura de Lisboa.
Correio eletrónico: carmine.cassino@campus.ul.pt

Perfila-se um grupo homogêneo, que nas relações sociais (formais e informais) é reconhecido pelo ambiente que a acolhe, e que, ao mesmo tempo, desenvolve processos de autoidentificação (práticas de nacionalidade). Esta dinâmica projeta na primeira metade de Oitocentos uma comunidade (italianos e luso-italianos) que é corpo vivo da cidade, tendo um papel muito ativo sobretudo em três sectores: artes, ciências e comércio.

PALAVRAS CHAVE

Nação italiana / Imigração/Emigração / Luso-italianidade / Nacionalidade / Igreja do Loreto

ABSTRACT

Since the 15th century, the city of Lisbon has hosted a significant Italian presence, linked to commercial and financial activities and organized around the so-called 'nations', which gathered merchants from Florence, Genoa, and Venice. Because of the 'Italianization' affecting the country since the beginning of the XVIII century, the composition of the Italian community undergoes a process of change. This community starts to receive more and more people, in a process of pluralization and diversification of the socio-economic activities. The Portuguese society and institutions also change their perception of this presence. From then on, the image of an 'Italian nation' imposes itself, built around common identity elements. This emerging homogenous group is recognized by the hosting milieu in social relations (formal and informal), carrying on, at the same time, a process of auto-definition (nationality practices). Such a dynamic consolidates the presence of the Italian and Luso-Italian community as a 'living body' in the city, playing a particularly relevant role in the arts, sciences and trading.

KEYWORDS

Italian nation / Immigration/Emigration / Luso-Italian / Nationality / Loreto Church

1 - INTRODUÇÃO

As relações luso-italianas têm representado, no quadro geral das historiografias dos dois países nos últimos 150 anos (em particular, na segunda metade de Novecentos), um tema de estudo que tem produzido resultados amplos e relevantes. Os elementos das relações seculares entre as duas realidades – no campo económico e

cultural – têm sido reconstruídos e guardados nas obras de autores que têm deixado um largo legado de estudos historiográficos e literários¹, ricos em perícia documental. Estes textos constituem leituras propedêuticas imprescindíveis para os estudiosos que querem abordar o tema das relações luso-italianas, segundo várias vertentes e em relação a diferentes épocas históricas.

Mais recentemente, tem despertado o interesse quer do mundo académico, quer dum público generalista, o ciclo de conferências dedicado às relações luso-italianas na época medieval e moderna, organizado em parceria pelo Centro de História d'Aquém e d'Além- Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa e pelo Instituto Italiano de Cultura (de Lisboa). Este conjunto de conferências, de que se acabou há pouco tempo o 4º ciclo², tem relançado nos últimos anos o assunto das relações entre os dois povos e as respetivas culturas sob novas perspetivas de investigação. Assim, tem permitido a uma nova geração de investigadores apresentar resultados atualizados, através de novas abordagens metodológicas e evidenciando a relevância das conexões interdisciplinares³.

Mas se os séculos de XV a XVIII têm merecido uma atenção escrupulosa, podemos afirmar pelo contrário que mais brando foi o olhar sobre um século como o Oitocentos, em que se definem questões nacionais fundamentais para as duas culturas e para ambos os territórios; questões que se desenvolvem, frequentemente, numa encruzilhada de vicissitudes e influências histórico-políticas. Do lado italiano resulta claro a forma como as celebrações recorrentes da unificação nacional (1861) constituem ocasiões para despertar periodicamente o interesse sobre o estudo das relações românticas entre as duas realidades⁴; neste sentido, está a revelar-se particularmente fecundo o período aberto pelo cento-cinquentenário da unificação nacional (em 2011), com uma prevalência

¹ Estamos a referir-nos, em particular, à vasta produção bibliográfica de autores como Prospero Peragallo, Virgínia Rau, Giuseppe Carlo Rossi e Carmen Radulet. Não é possível explicar a causa de tão elevado número de obras sobre o assunto nem elencar exaustivamente os estudos que se fizeram sobre o tema. Para um conhecimento mais profundo dos trabalhos de duas figuras menos conhecidas do público português, o padre carmelita Prospero Peragallo e o professor Giuseppe Carlo Rossi, remetemos o leitor para dois estudos bio-bibliográficos: sobre o primeiro, veja-se ROSA, Cristina – Prospero Peragallo, un agente culturale fra Italia e Portogallo: una bio-bibliografia. In SOMMARIVA, Grazia (dir.) – *Amicitiae munus. Miscellanea di studi in memoria di Paola Sgrilli* [Em linha]. Sarzana: Agorà, 2006. p. 193-201. Disponível na Internet: <http://dspace.unitus.it/bitstream/2067/814/1/ARTICOLOPROSPEROPERAGALLO.pdf>. Sobre o segundo, veja-se MENDES, Maria Gil (dir.) – *Giuseppe Carlo Rossi Lusitanista (1908-1983). Atti del convegno internazionale nel centenario della nascita (1908-2008)*. Roma: Albatros, 2012. Atti del convegno internazionale nel centenario della nascita (1908-2008).

² O 4º ciclo foi dedicado ao tema “Diplomacia e circulação de elites (sécs. XV-XVIII)”. Até ao momento de redação do presente artigo estão no prelo as atas do 3º ciclo: “Circulação de mercadorias, pessoas e ideais (secs. XV-XVIII)”.

³ Entre as dinamizadoras desta atividade encontra-se uma das estudiosas atualmente mais empenhadas na investigação e divulgação do tema no contexto académico português: Nunziatella Alessandrini, cuja produção científica da última década, em língua portuguesa e italiana, merece lugar de realce.

⁴ Por ocasião do centenário aparece uma resenha bibliográfica: MANUPPELLA, Giacinto – Documentos para o estudo das relações intelectuais luso-italianas: bibliografia portoghese del Risorgimento. *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*. Lisboa: [s.n.]. Vol. II Nº1 (jan. – mar. 1961), p. 67-141.

da análise dos temas políticos ligados ao *Risorgimento* italiano. Este interesse renovado pelo assunto tem dado origem a trabalhos de investigação⁵.

Todavia, falta ainda um estudo orgânico de história social da comunidade italiana em Portugal do século XIX – nomeadamente em Lisboa – que possa dar um quadro mais claro acerca duma presença que, quer em termos numéricos quer em termos de impacto social, não é menos importante do que a dos séculos anteriores, período ao qual se dedicaram mais estudos. Esta é uma presença que se liga e até antecipa temas fundamentais da identidade italiana dos últimos dois séculos, em particular, os da consciência nacional, da emigração e da descendência no estrangeiro.

O presente artigo tentará, no limite do possível, contribuir para um maior conhecimento da dimensão e da atividade da comunidade italiana na Lisboa Oitocentista, focando a atenção sobre os italianos e luso-italianos na capital nos primeiros trinta anos do século e sobre o seu papel social, económico e político. A escolha deste arco cronológico deve-se às características particulares que apresenta a comunidade italiana em Portugal, obrigada a medir-se com determinantes questões políticas que interessam quer à realidade portuguesa, quer à italiana. Neste último caso, evidencia-se como o primeiro quartel do século reverbera na Península Itálica e fora dela os sinais de começo da questão nacional italiana.

2 - A “NAÇÃO ITALIANA EM LISBOA”: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E FILOLÓGICO

A ideia da existência duma “nação italiana” na capital portuguesa assenta na utilização desta definição ao longo dos séculos: a sua regularização e sedimentação no curso do tempo atribuem progressivamente ao elemento terminológico um sentido e uma função diferentes do de “nação estrangeira” dominante nas idades medieval e moderna. Este perfila-se como um elemento de valor linguístico-identitário que qualifica uma cultura e não só uma atividade ou um papel económico, indicando um conjunto de forasteiros que partilham não só interesses ou atividades comuns, mas também traços identitários (língua e cultura).

A denominação “nação estrangeira”, na sua aceção original, vigorou na Europa até o século XIX, e refere-se, ao longo de toda a idade medieval e até ao final da época moderna, a grupos de homens de negócio (mercadores, banqueiros e financeiros) que vêm de fora do país e nele residem: “comunidades estrangeiras, especialmente de

⁵ Assinalamos duas teses de doutoramento que representam até este momento o resultado mais avançado da investigação no campo das relações luso-italianas no contexto do *Risorgimento* italiano: DI GIUSEPPE, Francesca – *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*. Napoli: [s.n.], 2010. *Tese de doutoramento em Ciências Históricas, Arqueológicas e Historicoartísticas* (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”; BRON, Grégoire – *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*. Paris-Lisboa: [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. No que diz respeito às publicações, revela-se particularmente rico o conjunto de contribuições publicadas na revista *Estudos italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. Nova Série N. 6 (2011).

comerciantes que vivem e gozam dos privilégios da cidade onde vivem"⁶. É por esta razão que, desde o século XV até ao XVIII, se ouve falar em Lisboa de nação "florentina", "piacentina" e "genovesa". Estas designações representam grupos de agentes comerciais e financeiros, sediados na urbe com os seus empórios, as suas casas comerciais e, sobretudo, os seus capitais.

Mas a partir de meados do século XVIII em Portugal fixa-se o uso da expressão "nação italiana", que vai progressivamente substituir os epítetos regionais ("florentino", "piacentino" e "genovês"): a expressão passa a representar sobretudo aquele que é natural da Península Itálica e de cultura italiana; continuando também a referir-se ao cidadão italiano com um certo papel socioeconómico no conjunto da sociedade portuguesa/lisboeta. Por exemplo, lê-se no texto da *Notícia* das exéquias em sufrágio de D. João V, realizadas na paróquia de Nossa Senhora do Loreto em 1751:

receba entretanto gratamente aquela grande Alma este tenue limitado obsequio, que lhe tributa a Nação Italiana, que da generosa indole, e magnanimidade do seu Augusto Successor reinante, espera aquella mesma proteção, que sempre gozou nos seus felicissimos Estados, e pela qual conservará perpetuamente a gratidão mais ativa, e mais constante⁷.

Em 1751, a "nação italiana" em Lisboa não é predominantemente composta por homens de negócio, mas abrange já toda uma série de outras figuras profissionais, como veremos em breve. Bem sabemos que este epíteto não surge nesta época mas é bem anterior, como pontualmente têm averiguado estudos recentemente publicados, que localizam a utilização da expressão em épocas anteriores à da *Notícia* que acabámos de referir⁸. Na própria bula de instituição (20 de abril de 1518) do mais importante símbolo da italianidade na cidade de Lisboa, a igreja de Nossa Senhora do Loreto, no Chiado, há uma referência direta a *Confraternitati Italarum in Civitati Ulixbonen*, entendida fundamentalmente como comunidade de homens de negócio (*viris Mercatoribus*)⁹. Em Setecentos, a referência prevalente à comunidade de comerciantes/homens de negócio é ultrapassada pela tendência à identificação duma comunidade única, transversal, apesar da inexistência, na Península, duma entidade nacional e estadual comum. Uma tendência que coincide, de facto, com aquele processo de "italianização", que, no curso

⁶ *Woordenboek der Nederlandsche Taal*, Den Haag, 1913, coll. 1586-90, *apud* HOBBSAWM, Eric J. – *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*. 2ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. p. 21.

⁷ *Notícia do aparato, e magnificas disposições, que para as solemnes exéquias de Sua Magestade [...] Dom João V, celebrou na sua Igreja de Nossa Senhora do Loreto em 14 de janeiro de 1751. Pela nação italiana, residente em Lisboa*. [s. l.]: [s.n.], [s.d.].

⁸ Cf. ALESSANDRINI, Nunziatella – La presenza genovese a Lisbona negli anni dell'unione delle corone (1580-1640). Genova y la Monarquia Hispánica (1528-1713). *Atti della Società Ligure di Storia Patria*. Genova: [s.n.]. Nuova Serie Vol. LI (CXXV), fasc. I, p. 73-98, *passim*.

⁹ *Capitulum et Canonici sacrosantae Lateranensis Ecclesiae dilectis nobis in Christo Nobilibus viris Mercatoribus, et Confraternitati Italarum in Civitate Ulixbonen. Commemorantium salutem, ac sinceram Domino Charitatem*, in Arquivo do Loreto, *Caixa I/Bolle e Brevi*, fasc. 35, p. 6ss, letra G; *Caixa I/Storia della Chiesa*, doc. 39; *Caixa VII*, doc. 1; *apud* FILIPPI, Sergio – *La Chiesa degli Italiani: cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013. p. 40, nota 29.

desta centúria, invade vários setores das atividades económicas e da vida pública em Portugal (e cujo princípio pode convencionalmente identificar-se na introdução do mais forte elemento cultural da italianidade, o teatro da ópera, em meados dos anos trinta): não somente comércio, mas também (e sobretudo) arte e cultura¹⁰. É neste processo que assenta a evolução do sentido da terminologia, que começa a manifestar-se também na linguagem jurídico-diplomática, além de na linguagem formal-ritual: isto aparece evidente sobretudo na primeira parte do século XIX, fase em que a identidade geopolítica italiana se torna objeto de intensa discussão e luta político-ideológica, verdadeiro âmago do ressurgimento nacional. A análise aprofundada de material documental diverso que se encontra guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) de Lisboa – por exemplo nos fundos da Intendência Geral da Polícia ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros – permite atestar um uso evidente do termo “italiano” para identificar quem procede da Península Itálica, apesar da condição de súbdito de uma qualquer das entidades estatais pré-unitárias. Basta folhear as páginas com elencos de estrangeiros residentes em Portugal e em Lisboa nos anos vinte de Oitocentos para verificar como a utilização deste adjetivo ocorre frequentemente no registo oficial de numerosas individualidades¹¹.

Além disso, deve considerar-se que, a partir do ano de 1800, é instituída em Lisboa a *Conservatória Italiana*¹², com um magistrado especial, cuja tarefa é dirimir questões de direito penal, civil e comercial que dizem respeito aos súbditos dos diferentes Estados italianos beneficiários de privilégios (predominantemente, homens de negócio). Isto é, existe uma unificação substancial na jurisprudência, que reconhece formalmente a existência da “nação italiana”, como grupo de direito adquirido, embora segundo uma discriminação de *jure*.

Como é óbvio, a persistência duma terminologia com valor jurídico-administrativo (que acompanha o uso social e informal da definição) não comporta a consequente e imediata fixação ou aquisição de subjetividade/consciência nacional pelo grupo social a que se refere; ou seja, quem for apelidado de “italiano” não se sente necessariamente membro duma “nação” portadora de elementos de identidade cultural e política, ligando pelo contrário a sua condição de “italiano” a um puro elemento de procedência geográfica e fazendo prevalecer, segundo cada caso particular e segundo a oportunidade, uma identidade que assenta na condição de membro (ou melhor: súbdito) das realidades estatais pré-unitárias italianas. Por exemplo, reivindicar o estatuto de súbditos dos Estados pré-unitários é, por razões jurídicas evidentes, o recurso daqueles italianos nascidos em Portugal

¹⁰ “Em Portugal, a italianização percorreu uma estrada livre, com o acesso facilitado pela relação preferencial de Lisboa com a corte de Viena, ativo centro italianizante. Como se sabe, a italianização atingiu não só a música e a dança, mas também a literatura, a arquitetura, a pintura, a escultura, o teatro. E como encontrou para si todo o espaço, instalou-se imperturbável até para além do fim do século, sem sentir as diferentes ameaças críticas à sua hegemonia”. SASPORTES, José – Trajetória da dança teatral em Portugal. *Biblioteca Breve*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa. Vol. XXVII (1979), p. 33.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Intendência Geral da Polícia, *Estrangeiros residentes em Portugal*, liv. 161.

¹² THOMAZ, Manuel Fernandez – *Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1815. p. 236. Pode-se ler: “Conservatoria da Nação Italiana foi criada. A 22 de abril de 1800”. Mas é certa a existência de juizes conservadores antes desta data, representados pelos quatro corregedores do cível da cidade. Em 1800 passa-se à organização da Conservatória como sujeito autónomo, com juiz conservador próprio, pago pela paróquia do Loreto, capaz de intervir em processos judiciais, cíveis e crime. A Conservatória italiana foi extinta em março de 1845.

e que querem escapar à obrigação de assentar praça no exército português. Convoco para este texto um caso exemplar (entre vários): em 1825, um tal Stefano Baccigalupo, filho de genoveses, mas nascido em Setúbal, pede para ser dispensado do serviço militar, sendo ele súbdito do Reino de Sardenha. A argumentação utilizada pelo cônsul sardo (o conde Luigi Massimino) na defesa desta instância antecipa um ponto que trataremos em breve e que diz respeito ao papel jurídico e de agregador da comunidade italiana desempenhado pela igreja do Loreto, provida da faculdade de poder batizar – a pedido dos pais – os filhos dos italianos nascidos em qualquer outra freguesia do país, garantindo-lhes assim o direito a guardar a qualidade de forasteiros e os direitos inerentes a esta condição. O ato de batismo de Baccigalupo prova a sua ligação ao templo dos italianos, e por isso “non può essere annoverato tra i naturali di questi Stati”, pois que “quelli che non sono nati in questi Regni non saranno tenuti per naturalizzati quantunque vi abbiano dimorato, abbiano sposato donne del paese e vi abbiano vissuto intimamente e fissato il loro domicilio o posseduto dei beni”¹³.

Na conclusão deste parágrafo, achamos importante salientar que a construção duma consciência nacional italiana bem definida é um processo que se concretiza a longo prazo, que ainda no ato formal da unificação (na década 1861-1870) se apresenta como a mais dura problemática para o novo grupo dirigente (“fatta l’Italia bisogna fare gli italiani” é a histórica frase que a lenda faz pronunciar ao marquês d’Azeglio na véspera da unificação e que bem sintetiza o argumento que acabamos de referir). Além disso, podemos afirmar sem dúvida alguma que as práticas de identificação, quer desenvolvidas pelas instituições (ao nível formal), quer pelo ambiente social de acolhimento no estrangeiro (ao nível informal), para com uma específica identidade coletiva, homogénea, relativa a um espaço geográfico e cultural bem definido e reconhecido – práticas que vivem da linguagem e da praxe da relação social –, constituem um indiscutível contributo para a formação dum espírito e duma identidade comuns. O mesmo sucede em Portugal, onde se apelida de “italiano” quem proceda da Península Itálica ou fale a língua ainda informe mas que apresenta muitos traços comuns. Ou seja, é no estrangeiro que se forma o embrião da consciência nacional italiana: é o paradigma historiográfico da *Italia fuori d’Italia*, que reconhece aos autóctones uma influência determinante no desenvolvimento de sentimentos de identidade comum entre os italianos,

dal momento che quasi sempre consideravano chi migrava dall’Italia come italiano, prima ancora che l’Italia esistesse come stato nazionale. Di conseguenza, l’italianità può davvero esser nata più facilmente e prima tra le popolazioni che vivevano all’estero di quanto non sia accaduto nella stessa Italia¹⁴.

¹³ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Legação de Sardenha em Lisboa*, cx. 511, fasc. “1826”, f. 28.

¹⁴ GABACCIA, Donna R. – L’Italia fuori d’Italia. In CORTI, Paola; SANFILIPPO, Michele (dir.) – *Storia d’Italia: annali 24. Migrazioni*. Torino: Einaudi, 2009. p. 232. A historiadora canadiana Donna R. Gabaccia, especialista em emigração italiana, reconhece a função aglomerante das sociedades estrangeiras quando os italianos emigraram antes da unificação nacional, embora não partilhe a ideia de funcionalidade – sobretudo política – do paradigma da “nação fora da nação”.

3 - “PRÁTICAS DE ITALIANIDADE” EM LISBOA

Como vimos, a partir do século XVIII em Portugal a identificação dos italianos começa a ter uma conotação não exclusivamente socioeconómica; isto não significa que o termo “italiano” e ainda mais a expressão “nação italiana” não guardem uma função originária, função que – como frisámos – subordina a utilização destas expressões à indicação dum grupo de estrangeiros cujo papel reconhecido é a intervenção ativa na economia da sociedade portuguesa, sobretudo no mundo do comércio. No caso das comunidades italianas, esta utilização diz respeito a grupos que podemos definir como “regionais” (porque representativos de conjuntos que têm origens e ligações com um território limitado a certas realidades urbanas ou geográficas no contexto alargado da Península Itálica). Estes grupos caracterizam o seu percurso histórico na cidade de Lisboa com fases de grande unidade e coesão, e com outras de evidente distanciamento e rivalidade. O primeiro momento tem o seu cume na construção da igreja de Nossa Senhora do Loreto¹⁵, em 1518, no ângulo onde a muralha fernandina se abria nas portas de Santa Catarina. Com o passar dos anos, este lugar de culto adquire um papel sempre maior como elemento aglomerador, unificante dos vários elementos que compõem a comunidade italiana na cidade, o que se tornará mais evidente no século XIX.

Entre os vários exemplos que se podem levar para representar fidedignamente o segundo momento, escolhemos dois que dizem respeito à tradição da construção de arcos triunfais, em arte efémera, que até o final da idade moderna representa uma das obrigações celebrativas das “nações estrangeiras” aquando de importantes ocasiões que dizem respeito à família real ou, em geral, à nação portuguesa. De facto, no verão de 1687, o cônsul florentino Lorenzo (Lourenço) Ginori envia uma petição ao Senado de Lisboa, pedindo que o rei (D. Pedro II) acolha a impossibilidade da nação florentina de levantar o arco por ocasião da entrada na cidade do casal real (após o segundo casamento do soberano)¹⁶; a justificação apresentada revela, como razão de fundo, o facto de terem ficado em Lisboa apenas duas casas de florentinos (a sua e a de um tal Giovanni Francesco [João Francisco] Poltri),

e duas pessoas sómente é impossível fazerem um arco, e se as outras nações fazem arcos, é porque são muitos e toca a cada um pagar vinte ou trinta mil réis, porém, se duas pessoas sómente fizerem um arco, custará a cada uma mais de seiscentos mil réis [...] considerando os tempos e a falta que ha no negocio e pouco commercio que de presente ha¹⁷.

Esta posição suscita o protesto do Senado da Câmara, que contesta aos florentinos a incompreensível atitude em excluir-se desta prática e em não querer participar nas atividades com o resto da nação italiana. Argumenta

¹⁵ Para uma história da igreja do Loreto e da sua arte: ATAIDE, Maia; MECO, José – *A igreja de Nossa Senhora do Loreto*. Lisboa: Embaixada de Itália-Instituto Italiano de Cultura, 1986; FILIPPI, Sergio – *op. cit.*

¹⁶ Em agosto de 1687 desembarca na barra do Tejo Maria Sofia de Neuburgo, segunda esposa de D. Pedro II, após a morte em 1683 da primeira mulher (e antiga cunhada), Maria Francisca Isabel de Saboia.

¹⁷ Arquivo Municipal de Lisboa (doravante AML), *Livro 9º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 223; *apud* OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, [1898]. 1ª parte, t. IX, 1898. p. 8.

o Senado: “razão de que, estando os florentinos annexos aos italianos para fazerem, nas ocasiões das entradas dos senhores reis d’este reino, o arco que sempre fizeram, por causas particulares, que entre elles haveria, se desuniram”¹⁸. A controvérsia é resolvida de forma diplomática pelo soberano, que demonstra adotar um critério de *just-milieu*: “O senado não obrigue ao consul de Florença a que faça arco, vistas as razões que allega; mas fará que os florentinos, infallivelmente, concorram com a parte que lhes tocar para o arco dos italianos”¹⁹.

Mais evidente é a rutura que se realiza em fevereiro de 1729, por ocasião da visita à cidade da infanta Maria Bárbara, princesa do Brasil e filha de D. João V. São, de novo, dois comerciantes florentinos – Berardo (Beroardi) Medici e Stefano (Estevão) Olivieri – a dirigir uma petição ao rei (depois remetida ao Senado da Câmara), recusando-se a colaborar com os outros italianos na construção do arco triunfal que a nação italiana tinha de levantar para a ocasião, querendo concorrer com os comerciantes portugueses, como já tinha ocorrido em outras ocasiões²⁰. É evidente que se trata dum contencioso que se arrastava desde há muito tempo (particularmente, entre os florentinos e os genoveses, grupos dominantes entre os de origem itálica em Lisboa), mas não nos foi ainda possível averiguar as causas desta rivalidade. Contudo, a razão oficial que os florentinos apresentam, e que é acolhida pelo desembargador, é de que devem contribuir para a construção do arco dos homens de negócio portugueses, por serem florentinos

“[...] e não terem corpo de nação, nem consul n’esta [...] e especialmente porque não podiam sacrificar o decoro do seu principe e honra da sua nação, e subordinar-se a um consul de principe de uma republica, que é mais inferior e sem jurisdição alguma com os florentinos [...] confundindo-os na geral palavra de italianos”.

Estas afirmações, que são uma reação à carta de solicitação enviada pelo cônsul de Génova, que coordenava os trabalhos e as despesas para a construção do arco entre os italianos, expressa a evidente conflitualidade com os genoveses²¹. Aliás, a própria posição do cônsul de Génova – expoente máximo do grupo de origem italiana mais numeroso em Lisboa – é esclarecedora quer da controvérsia em curso, quer evidentemente daquele que já é, naquela altura, o sentimento público para com o reconhecimento da italianidade:

“(...) os florentinos são italianos, e o ducado de Florença está em o centro de Itália, entre o estado de Genova e Roma, e sempre foram reputados por Italianos, e, como taes, gozam dos privilegios concedidos á nação italiana e respondem nas suas causas perante o conservador da dita nação”²².

¹⁸ *Ibidem*; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 9.

¹⁹ *Ibidem*; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 10.

²⁰ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, [1901]. 1ª parte, t. XII, 1901, p. 205, nota 2.

²¹ AML, *Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, f. 36; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 208.

²² AML, *Livro 9º de consultas e decretos d’el-rei D. João V do Senado Ocidental*, f. 39-46; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 207.

Estes dois casos suscitam duas reflexões: em primeiro lugar, que a coesão comunitária e o reconhecimento duma identidade partilhada é um processo longo e muito problemático, embora no estrangeiro encontre mais facilidade por condições contingentes; em segundo lugar, que estas contingências são viabilizadas pelas instituições portuguesas (neste caso, o Senado da Câmara da cidade de Lisboa e até o próprio rei), através de dinâmicas de identificação comum, que vão além das separações (de carácter regional) que existem dentro da comunidade italiana em Portugal. As autoridades portuguesas procuram persuadir o grupo dos florentinos a associarem-se aos demais italianos em momentos de cerimónias públicas, porque para eles são italianos, sem diferenças. Tal facto condiciona inevitavelmente o próprio ambiente social, no qual a religião e as instituições religiosas desempenham um papel importante.

Mesmo tendo em conta esta realidade, podemos afirmar sem hesitação que os italianos em Lisboa na primeira metade de Oitocentos apresentam elementos e sinais de comunidade, de união, e que o centro propulsor é uma antiga e influente instituição cidadina, polo de atração da “nação italiana”: a já referida paróquia de Nossa Senhora do Loreto, no Chiado, também conhecida como “Igreja dos Italianos”. Como vimos, por exemplo, no caso de Baccigalupo, a função aglutinadora desta instituição ao longo dos séculos não se manifesta somente na organização da comunidade em torno da vertente religiosa. O seu ofício unificante revela-se numa polivalência de elementos que se manifestam desde a sua fundação, como demonstra a escolha dum culto não “divisivo” como o da Nossa Senhora de Loreto, particularmente comum em todo o território nacional italiano (e – acrescentamos nós – provido de outra característica própria da tradição do culto mariano em todo o território da Península, ou seja, uma ícone negra); ou a decisão de depender diretamente da diocese de Roma (São João de Latrão), para se demarcar da autoridade do bispo de Lisboa – e do patriarca, a partir de 1716 – definindo desta maneira uma extraterritorialidade (*solum lateranensi*), em que a comunidade vivia fora da sua própria nação, num tempo em que esta ainda nem existia, estando fraturada em diversos centros de poder²³.

Nas primeiras décadas do século XIX, o papel de centro de reunião e de representação informal desta nacionalidade italiana *ante litteram* é plenamente reconhecido à igreja pela sociedade portuguesa, antecipadora de facto da oficialização deste sentimento. Esta situação torna-se evidente em 1824, no trabalho de recolha de dados para a publicação da primeira edição do *Almanach Portuguez* (1825) por Marino Miguel Franzini²⁴, geógrafo e deputado de origem italiana.

Para a compilação das listas dos negociantes estrangeiros residentes em Lisboa naquela altura²⁵, Franzini faz recurso aos dados (registos e cadastros) guardados junto das representações consulares das nações recenseadas (britânica, francesa, espanhola, holandesa e flamenga, alemã, cidades hanseáticas e suíça) para recuperar as

²³ Cf. FILIPPI, Sergio – *op. cit., passim*.

²⁴ FRANZINI, Marino Miguel (dir.) – *Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV*. Lisboa: na Impressão Régia, [1825?]. p. 549-550.

²⁵ ANTT, Junta do Comércio, mc. 61, cx. 199 (relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa).

informações necessárias. Isto é, a sua fonte fundamental de informação é a documentação diplomática, pois não era obrigação nem prática os comerciantes estrangeiros fazerem-se reconhecer, para este efeito, pelo tribunal do comércio cidadão²⁶. Pelo contrário, no caso dos comerciantes italianos (com a significativa exceção de lombardos e venezianos, nesta época sob égide austríaca) a fonte de referência do geógrafo luso-italiano não consistia nos elencos fornecidos pela rede consular dos respetivos Estados peninsulares, mas sim pelos do consistente registo civil da igreja do Loreto, disponibilizados pelo provedor da mesma na sua qualidade de “custode” e representante duma inteira comunidade. Por isso, a instituição religiosa é considerada uma referência com função civil de primeiro plano para qualquer relação com a comunidade italiana; trata-se de uma instituição respeitável e representativa da “nação italiana” no seu conjunto. O reconhecimento público que Franzini faz do papel desempenhado pela paróquia do Loreto adquire um valor social e – podemos dizer sem dúvida – até político, porque foi realizado numa altura em que as próprias representações diplomáticas se tornam alvo do interesse das autoridades portuguesas por razões de segurança interna. De facto, o triénio liberal português acabara havia pouco tempo e a repressão dos opositores da restabelecida ordem absolutista tornara-se uma necessidade de manutenção da ordem pública, em que a equação que identificava um estrangeiro com um liberal é assumida como paradigma de referência. Face à ainda consistente presença ou passagem de forasteiros por Lisboa (“especialmente Espanhóis”), o intendente geral da polícia (futuro barão de Rendufe) em março de 1824 ordena a todas as autoridades que intervenham neste sentido para os recensear²⁷, impondo às legações estrangeiras a máxima colaboração. A resposta das respetivas autoridades italianas é imediata²⁸.

Por parte de Franzini – que organizará outras edições do *Almanach* – e das autoridades portuguesas mantém-se obviamente um obrigatório diálogo diplomático com os agentes consulares dos Estados italianos; por exemplo, na edição de 1826 figura somente a lista dos negociantes sardos, lamentando-se a falta de colaboração do cônsul napolitano. Trata-se porém duma distinção que não voltará a repetir-se nos outros almanaques (como o *Almanak estatístico de Lisboa*), onde os comerciantes italianos continuarão a ser identificados com este título. Além disso, fica a importância do dado: o reconhecimento de uma homologia entre os naturais da Península Itálica, de uma conformidade identitária que se traduz em elemento comunitário e de coesão social, em torno da instituição religiosa, cujo papel de forjador do sentimento nacional é oficialmente consagrado; instituição que desempenha um importante papel civil.

²⁶ ANTT, Junta do Comércio, mc. 61, cx. 199 [lettera di Francisco Morato Roma, contador geral da Real Junta do Comércio, ottobre 1825].

²⁷ “Faço saber a todos os Estrangeiros estabelecidos, ou residentes nesta Capital desde janeiro de 1820 por diante [...] que, no prefixo termo de 8 dias, contados desde o I de abril proximo futuro, se venhão apresentar na Intendencia Geral da Polícia, munidos dos respetivos certificados de identidade, expedidos nas Legações, a que pertencem, a fim de se lhes conferir novo Bilhete de residencia, quando estejam nestas circunstancias; e considerar-se-ão suspeitos, e como taes se farão sahir do Reino, aquelles Estrangeiros, que findo o supramarcado prazo, se não acharem reabilitados. E para que assim chegue a noticia de todos, e ninguém possa alegar ignorância, mandei afixar este nos lugares do costume” (ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia [1823-24]*, cx. 342, f. 83).

²⁸ “[...]nuova misura di sicurezza pubblica adottata dall’Intendente Generale di Polizia verso li forestieri residenti da certa epoca in questa Corte, e assicura S. Ex.^a che se mai concepisse qualche sospetto verso qualche individuo che si presentasse per reclamare il necessario attestato, non mancherà di comunicarlo tosto a S. Ex.^a secondo ne resta prevenuto” (ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma*, cx. 233, fasc. “Consulado de Toscana, 1824”, f. sem número, em 24/03/1824).

4 - OS ITALIANOS EM LISBOA: BIOGRAFIA, GEOGRAFIA, OLISIPOGRAFIA

4.1 - Dimensão “italiana” da cidade e elementos de luso-italianidade

A presença italiana em territórios do Império Português na primeira metade do século XIX, embora tenha então alguma relevância nas áreas sob controlo político português (os territórios ultramarinos), faz-se sentir sobretudo na cidade de Lisboa. É neste espaço de “macrocefalismo populacional”²⁹ do Império que se concentra a mais alta percentagem de residentes procedentes da Península Itálica, ou de alguma maneira de origem italiana.

No princípio de 1800, com os seus 170.000 habitantes (estimativa, distribuídos em cerca de 44.000 fogos), Lisboa continua a ser de longe a cidade mais povoada dos territórios portugueses³⁰, e a nona mais populosa da Europa – com mais população do que Berlim, Madrid ou Roma. Teresa Rodrigues, nos seus estudos demográficos sobre a população portuguesa, apresenta dados sobre a cidade de Lisboa que dão conta de 882 italianos residentes no princípio de Oitocentos³¹. Na tabela explicativa que se segue, elaborada pela própria estudiosa e relativa a algumas comunidades estrangeiras residentes em Lisboa no princípio do século XIX, dá-se conta da composição da comunidade italiana na capital, por número de fogos e unidades de género.

TABELA N. 1 - População estrangeira residente em Lisboa (1802-1803)

Comunidade	Fogos	Homens	Mulheres	Total
Holandesa	15	68	45	13
Alemã	67	268	128	391
Italiana	/	530	352	882
Francesa	/	189	118	307

RODRIGUES, Teresa – Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos. *Ler História*, Lisboa: ISCTE. N. 26 (1994), p. 45-75. Dados elaborados a partir dos documentos do Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República (Comissão Estatística). Os dados sobre a comunidade francesa são parciais.

²⁹ Cf. RODRIGUES, Teresa – Um espaço urbano em expansão: de Lisboa de Quinhentos à Lisboa do século XX. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa: Quetzal Editores. Nº13 (1994). p. 95-117, *passim*.

³⁰ *Ivi*, p. 100; BARDET, Jean-Pierre; DUPÂQUIER, Jaques (dir.) – *Histoire des populations de l'Europe. Vol. II – La révolution démographique*. [s.l.]: Fayard, 1998. p. 211. Segundo estes estudiosos, a população da cidade em 1800 é igual a 190.000.

³¹ RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos, 1995. p. 142.

A cidade que nos primeiros vinte anos desta centúria sobrevive à complicada fase dos conflitos napoleónicos e que a partir de 1821 acolhe um primeiro importante segmento de emigração política italiana – consequência da falência das revoluções liberais em Nápoles e Turim, a que se segue a saída da Península itálica de muitos responsáveis daquelas experiências, para escaparem à repressão absolutista³² – é uma realidade social marcada pela difusão de apelidos de origem itálica: os portadores destes nomes de família constituem quer a herança antroponímica duma presença secular, quer a representação viva duma emigração recente. Neste caso falar-se-á da dimensão da “lusio-italianidade”, portadora de significativo valor cultural no contexto das artes, da intelectualidade e da economia portuguesa, indicativa da marca e da importância da secular presença italiana na capital, embora esta vertente social diga respeito às pessoas de naturalidade portuguesa e com reduzida consciência identitária.

O âmbito da lusio-italianidade torna-se evidente na sedimentação de nomes de origem italiana na antroponímia lusitana, em formas obviamente aportuguesadas, resultado daquele legado secular que acabámos de mencionar e que é testemunho do longo percurso de fusão entre as culturas e as populações de Portugal e da Península Itálica, pelo menos desde o século XIV. A este respeito, podemos retirar alguns exemplos trazidos no célebre estudo de antroponímia portuguesa, da autoria de José Leite de Vasconcelos. Este trabalho, pela época em que foi estruturado (finais dos anos vinte do século XX), manifesta-se como uma análise – embora parcial – deste legado linguístico muito próximo do período em que se centra o nosso estudo. Apelidos como Achiole/Achioli (Acciaiuoli), Amador (Amatori), Cartucho (Carducci), Catanho (Cattaneo), Corvinel (Corvinelli), Espínola/Spínola (Spinola), Geraldês (Giraldi), Honorato (Onorato/Onorati), Lafetá (Affaiati), Lomelino (Lomellini), Morel (Morelli), Perestrelo (Perestrelli), Pessanha (Pessagna) e Reinêl (Ranieri) denunciam a origem italiana dos seus portadores. Entre aqueles que não sofreram corrupção da versão originária, o linguista enumera Bobone, Canongia, Corazzi, Doria, Ferrari, Lucci, Morato e Sassetti³³. A matriz genovesa domina os apelidos lusio-italianos. Considere-se como exemplo que o apelido Espínola/Spínola, particularmente comum em Portugal (e conhecido sobretudo devido à sua ligação com figuras históricas), é de clara origem genovesa, destacando-se a antiga e potente família dos *Spinola* (presença documentada desde 1105), cujas relações com a cidade de Lisboa e a monarquia lusitana foram já aclaradas³⁴.

³² O tema do exílio político italiano – fenómeno que tem o seu momento apical entre a terceira e quarta década do século – encontra um dos seus cenários mais importantes na Península Ibérica. Devido à situação política portuguesa em 1821, Portugal torna-se meta daquela grande vaga migratória. Em específico, Lisboa (seu espaço urbano, o seu quadro social e a própria comunidade italiana aqui residente) vem a ser lugar de passagem ou residência de vários perseguidos, obrigados a largar bens e afetos nos respetivos lugares de origem. Trata-se dum fenómeno que não se esgota com o fim do regime constitucional, em maio de 1823, mas que se prolonga pelo menos até ao fim da década, quando as medidas policiais adotadas pelo absolutismo miguelista definem uma atitude profundamente anti-estrangeira.

³³ Cf. VASCONCELLOS, José Leite de – *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928. p. 313-322.

³⁴ DE FELICE, Emidio – *Dizionario dei cognomi italiani*. 2ª ed. Milano: Oscar Studio Mondadori, 1979. p. 240. No salão nobre do histórico palácio Spinola di Pellicceria, localizado em Génova, pode admirar-se um fresco de Lazzaro Tavarone, intitulado “La città di Lisbona assediata dal duca d’Alba”, comissionado em 1592 por Giulio Spinola, na altura embaixador junto da corte de Felipe II.

4.2 - Biografia(s) dos italianos de Lisboa

Para definir um quadro prosopográfico geral dos italianos ou luso-italianos em Lisboa no princípio de Oitocentos, precisamos de distinguir três tipos dominantes de ocupações profissionais destes cidadãos: as artes (artistas e trabalhadores do teatro – cantores, cenógrafos, modistas e marceneiros – arquitetos e gravadores), as ciências (puras e humanas, incluindo os letrados) e o comércio. Em todas estas categorias manifestam-se personalidades cuja história pessoal está ligada à realidade portuguesa em diferentes sentidos e a vários níveis: há quem nasça em Portugal em famílias de origem italiana e há quem chegue a esta terra provindo de Itália. Vários, entre eles, manifestam determinadas sensibilidades políticas e até chegam a ter parte ativa nos acontecimentos que caracterizam o primeiro trinténio do século XIX. Numerosos italianos pertencem à grande vaga migratória de profissionais ligados às artes e às ciências (mundo técnico e intelectual) que chega a Portugal na segunda parte do século XVIII. No conjunto de todas estas figuras, para além das origens assentadas na mesma cultura prevalece outro denominador comum importante: suas biografias são parte integrante de qualquer olissipografia. A nossa análise não será exaustiva, por evidentes razões de espaço ou por falta de documentação ao nosso dispor, mas evidenciará alguns casos particulares, que considerámos os mais representativos e exemplares.

4.2.1 - As Artes

As artes em Portugal constituem, nesta altura, o resultado ainda não completo do processo de “italianização” a que fizemos referência anteriormente. Por esta razão, principiámos esta parte com figuras de italianos ligados a este domínio. Por exemplo, em 1802 a capital é ponto de desembarque dum importante cenógrafo, desenhador e gravador toscano, Francesco Bartolozzi. A sua chegada a Portugal realiza-se após uma longa experiência de trabalho em Itália e em Inglaterra, nomeadamente em Londres, onde abriu uma loja juntamente com o filho e onde se tinha iniciado na maçonaria, na Loja *The Nine Muses* (é aliás autor duma bela alegoria que decora a edição de 1785 das *Constituições de Anderson*)³⁵. Chega a Lisboa em idade já avançada, 80 anos, para trabalhar na Imprensa Régia, que lhe entrega a organização duma aula de gravura, atividade que instala junto da sua habitação, na rua de São Bernardo. Vive na capital até à sua morte, ocorrida em 1815, sendo sepultado na igreja da sua freguesia (Santa Isabel)³⁶. Aproveita este tempo em Lisboa para deixar numerosas estampas, gravuras e uma preciosa chapa de cobre, representando S. Félix de Cantalice, na igreja do convento dos Barbadinhos Italianos³⁷. Aliás, o seu trabalho para a Imprensa Régia avanteja-se com a integração nesta instituição do valioso legado material (instrumentos) e imaterial (pessoal e competências) da Casa Literária do Arco do Cego³⁸, formalmente

³⁵ VENTURA, António – *Uma história da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. p. 55.

³⁶ SOARES, Ernesto – Francisco Bartolozzi em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Italiana em Portugal. Fasc. 7-8 (1943), p. 112.

³⁷ NEVES, Eduardo Augusto da Silva – *O convento dos Barbadinhos Italianos*. Lisboa: [s.n.], 1952, p. 14.

³⁸ Para um aprofundamento da (breve) história e atividade daquela empresa editorial, veja-se CAMPOS, Fernanda Maria Guedes [et al.] – *A casa literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional [etc.], 1999.

extinta um ano antes da chegada de Bartolozzi a Lisboa. A convergência das respetivas experiências permite a construção dum centro editorial de grande importância, “que só em Lisboa poderia ter sede, ficando-lhe devida uma série de títulos traduzidos que faltavam à informação dos artistas nacionais”³⁹. Na sua estadia em Lisboa, Bartolozzi revela o seu espírito filantrópico. Na correspondência mantida com o seu amigo D. Rodrigo de Sousa Coutinho (embaixador de Portugal em Turim entre 1778 e 1796) revela o seu empenho em cuidar e sustentar economicamente pessoas carenciadas: acolhe e ajuda uma rapariga (Joana Margarida de Castro) que depois entrega aos cuidados de Sousa Coutinho; ajuda também outro jovem artista, um tal Tommasi, pedindo ao embaixador o favor de cuidar dele (e das suas três filhas) após a sua morte⁴⁰.

Em 1803 chega um dos seus discípulos, o veneziano Domenico Pellegrini, também maçom, que não fica a trabalhar com o seu mestre, encontrando até 1812 (ano do seu regresso a Inglaterra após problemas de carácter político em que é envolvido, sobre os quais voltaremos a falar mais a frente) um espaço profissional como retratista régio⁴¹. A relação entre estrangeiros e a Maçonaria em Lisboa é particularmente importante nestes anos. Como frisa Oliveira Marques,

na Maçonaria existente em Portugal concorreu um número significativo de estrangeiros. Naturais das ilhas britânicas a maioria, mas igualmente franceses, italianos e outros, os maçons estrangeiros desempenharam papel importante na estruturação e consolidação da organização portuguesa. Isso possibilitou uma diversificação interna das Lojas, nomeadamente no aspeto religioso, já que muitos destes estrangeiros eram protestantes⁴².

Entre estes estrangeiros há alguns italianos; tendo em conta os casos de Bartolozzi e Pellegrini, podemos levantar a hipótese de que eles constituem grande parte do 0,9% que é a percentagem dos artistas no total do chamado «povo maçónico». Em 1820, entre os maçons estrangeiros em Portugal, a categoria profissional mais representada é a dos comerciantes, com cerca de 12,5% do total⁴³.

O mundo da cultura – nomeadamente o teatro da ópera – é, direta ou indiretamente, veículo fundamental da presença italiana no país. Ao lado de compositores, libretistas, cantores e bailarinos há também os arquitetos, como Luigi Chiari. Este, que principia a sua atividade na cidade do Porto, uma vez passado para Lisboa, trabalha como cenógrafo junto dos teatros de São Carlos e dos Condes. A estas atividades acresce a profissão de arquiteto, participando no projeto de construção da Basílica de Estrela (não é dele o mausóleo da rainha D. Maria I no interior da igreja, contrariamente ao que geralmente se pensa e o como se afirmou em estudos dedicados à sua

³⁹ FRANÇA, José Augusto – *Lisboa: história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 483.

⁴⁰ Cf. ROSSI, Giuseppe Carlo – *Inediti di italiani a Cascais. Convivium raccolta nuova*. Torino (etc.): Società Editrice Internazionale. Nº 5-6 (1950), p. 812-824.

⁴¹ Cf. FRANÇA, José Augusto – *op. cit.*, p. 482-483.

⁴² MARQUES, António H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal*. vol. I – *Das origens ao triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p. 195.

⁴³ *Ivi*, p. 194-195.

arte)⁴⁴. Luigi Chiari elabora o projeto e dirige as obras do palácio de Caldas Aulete, na área de São Roque (meados dos anos 30), tendo publicado também um opúsculo sobre as obras executadas no Real Teatro de São Carlos (1817), de que se torna empresário de 1818 a 1820. Em outubro de 1823 é chamado pela paróquia do Loreto a pintar as decorações fúnebres por ocasião das solenes exéquias em memória do pontífice Pio VII (falecido no verão daquele ano), celebradas na igreja dos italianos⁴⁵. Morre por volta de 1840⁴⁶.

Ainda entre os arquitetos, há que mencionar o bolonhês Francesco Saverio Fabri, a quem se devem os primeiros trabalhos de escavação arqueológica na área do teatro romano (1798). Fabri chega à capital do Reino em 1794, após intensa atividade no Algarve, onde desembarcara pela primeira vez em 1790, respondendo a uma convocação do bispo de Faro, Francisco Gomes de Avelar⁴⁷. Apenas um ano depois da sua chegada é nomeado arquiteto das obras públicas. Já sob a proteção dos marqueses de Castelo Melhor, recebe a incumbência de trabalhar na reestruturação integral do palácio da família, o imponente palácio Foz, localizado no então Passeio Público. Em 1802, após o seu projeto para a construção do novo palácio real, na área da Ajuda, ter sido aceite (em substituição do palácio de madeira), é nomeado juntamente com José da Costa e Silva arquiteto do palácio real. O arquiteto italiano mantém este cargo após a invasão francesa em 1807 e a fuga da família real para o Brasil, onde se refugiara também Costa e Silva alguns anos depois (1811). Assim, ficando sozinho em Lisboa, Fabri torna-se arquiteto único do palácio da Ajuda até 1817, ano em que morre, sendo sepultado na igreja paroquial de Santos-o-Velho, bairro onde morava.

Entre os pintores e restauradores recordamos também Luigi Tirinnanzi, ativo em Portugal ao longo de mais de 40 anos, depois de ter chegado a Lisboa na segunda década do século XIX. A sua obra junta-se à de outros artistas portugueses e italianos que ficam sob a proteção do 1º conde de Farrobo (e 2º barão de Quintela), par do Reino, homem de negócios e pertinaz mecenas (como demonstra o seu futuro empenho na construção do Teatro das Laranjeiras e do Teatro Nacional), figura ligada a Itália por laços de sangue, pois era casado, em primeiras bodas, com Mariana Carlota, filha do primeiro empresário do Teatro São Carlos, Francisco António Lodi. Tirinnanzi terá que abandonar o Reino na década de 50, sendo desconhecidas as razões por que o fez; contudo, deixará a marca da sua presença na cidade, além de vários discípulos portugueses⁴⁸.

⁴⁴ Por exemplo, João Pereira Dias afirma que “dirigiu as obras [...] do mausoleo da rainha D. Maria I, na Basilica da Estrela” (Cenógrafos italianos em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. Vol. IV [1941], p. 51). Mais fidedigno parece ser o estudo apresentado por Margherita Azzi Visentini no lema “Chiari, Luigi” (*Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Istituto dell’Enciclopedia Italiana, 1996. vol. 24, p. 565-566). O mausoléu da rainha louca foi projetado e executado por portugueses, devendo atribuir-se a obra ao artista neoclássico Faustino José Rodrigues, discípulo de Machado de Castro (como confirma também FRANÇA - José Augusto - *op. cit.*, p. 459).

⁴⁵ FILIPPI, Sergio – *op. cit.*, p. 144.

⁴⁶ CARVALHO, Aires de – *Catálogo da coleção de desenhos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977. p. 109.

⁴⁷ Sobre Fabri, veja-se: RIMONDINI, Giovanni; SAMOGGIA, Luigi – *Francesco Saverio Fabri: formazione e opera in Italia e Portogallo*. Medicina: Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, 1979. Os autores desta obra citam também notícias do Fabri presentes em MACHADO, C. Volkmar – *Collecção de memórias, relativa às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: na Impressão de Victorino Rodrigues da Silva, 1823. p. 229.

⁴⁸ Cf. ARAUJO, Agostino – O restauro de painéis e a atividade de alguns pintores italianos em Portugal. In TOPA, Francisco; MARNOTO, Rita (org.) – *Nel mezzo del cammin*. In Jornadas de Estudos Italianos em Honra de Giuseppe Mea, Porto, 2008 – *Actas*. Porto: Sombra pela Cintura, 2009. p. 33-38 e 41-45.

O caso que apresentamos agora – o de uma família de emigrantes de origem romana que chegou a Lisboa no final de Setecentos – é exemplar do percurso de núcleos familiares que, tendo nascido em Itália, se instalam em terra lusitana, onde deixam descendência. Estamos a falar dos Schioppetta (ou Schiopetta, ou Eschiopete), entre os quais se destaca Domingos (Domenico), cenógrafo e compositor, autor de várias músicas como *Eu namoro uma menina*, uma modinha com acompanhamento de piano e guitarra. O artista ficou ligado ao setor teatral, que, juntamente com o comércio, parece constituir uma importante vocação dos italianos em Portugal naqueles anos. Não é certo que a vinda da família para Portugal se realize após o nascimento do artista: Domingos nasce em 1788, muito provavelmente em Itália – na vila de Tivoli, perto de Roma – e não em Lisboa. Um dos primeiros testemunhos da sua ligação à comunidade italiana sediada na capital portuguesa é constituída pela relação das festas da paróquia do Loreto em 1814 aquando da derrota de Napoleão e da restituição do pontífice (Pio VII) à Santa Sé⁴⁹. Nesta ocasião, a fachada da igreja tinha sido ornamentada com uma estrutura triunfal de arte efémera, onde entre várias alegorias ressaltava o vulto do Santo Padre. O autor destas obras grandiosas era Schioppetta, que exibia o seu talento para orgulho de todos “os Italianos, que tão longe da sua pátria, existem em Portugal”.

Domingos Schioppetta, cujo pai chegara a Lisboa atraído pela abundante oferta de trabalho (tratava-se de um ebanista de teatro, falecido num acidente de trabalho enquanto trabalhava no Teatro do Salitre), rodeou-se de artistas e artesãos da família: os irmãos Giuseppe e Antonio Carlo, mais novos e que com ele dividem o domicílio (na rua do Loreto, 69), são identificados como “pintores”, ainda que Agostinho Araújo, nos seus estudos, identifique o segundo como “bijoteiro”⁵⁰. O momento de público reconhecimento de Domingos Schioppetta – o primeiro numa carreira artística – chega durante o triénio revolucionário de 1820-1823: tido em boa consideração pelo grupo dirigente liberal, com quem mantém ótimas relações, são-lhe encomendadas várias encenações e edificações efêmeras para as celebrações públicas da revolução. Trata-se de iniciativas propagandísticas do novo governo vintista que permitem ao artista italiano exibir a sua capacidade de representação alegórica. Aliás, a própria colaboração do cenógrafo italiano com o Teatro de São Carlos parece ter acompanhado o desenvolvimento das lutas constitucionais no país, tendo em conta as obras cenográficas que este produziu entre 1818 e 1822, e depois em 1826⁵¹. Por outro lado, ao longo de toda a sua realização artística, Domingos Schioppetta manifesta “uma importante sintonia com valores sociais e culturais da geração vintista, desde a crença no progresso irmanando as Artes e as Ciências até ao compromisso entre bem distintas camadas sociais, por via da convicção ideológica”⁵².

⁴⁹ *Relação das festas do Loreto*. Lisboa: na Imprensa Régia, 1814. p. 1-2; apud ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Artes várias, duros tempos: notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838). *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: [s.n.]. I Série Vol. 1 (2002), p. 156-157.

⁵⁰ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia (1823-24)*, cx. 342, fasc. “1823”, f. 26. ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838). *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: [s.n.]. I Série Vol. 1 (2002), p. 159.

⁵¹ DIAS, João - *op. cit.*, p. 51.

⁵² ARAUJO, Agostinho Rui Marques de - Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta. In COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE ARTE, 7, Porto, 2005 – *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa: actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2007. p. 28.

Nesta época, as ruas de Lisboa pululam de cantores e bailarinos de origem italiana, que evidentemente não se limitam ao exercício exclusivo da sua nobre arte num curto período temporal, que dependia, normalmente, da duração dos contratos. Alguns desses artistas decidem inserir-se no contexto social com perspetivas de permanecer no Reino. É este o caso, por exemplo, do napolitano Baldassarre Barattieri, bailarino, que se casa com uma portuguesa e tem um filho de nome Giovanni. Em princípios de 1820, os seus familiares residentes no sul de Itália pedem informações ao ministro dos negócios estrangeiros em Nápoles, Marchese di Circello, que solicita a intervenção do vice-cônsul em Lisboa, Giuseppe Calleja. Este envia para Itália a informação que o bailarino tinha morrido oito anos antes na Moita e que recentemente tinha falecido também o seu filho em Lisboa, onde deixava uma jovem mulher⁵³.

Muitos são os músicos italianos que passam por Lisboa e que deixam marcas evidentes na cultura musical. Pensamos em nomes como o de Carlo Coccia, destacado compositor musical em Lisboa entre 1819 e 1822 e autor, entre muitas peças, da música do hino da revolução vintista e da parte final da cantata alegórica *O Génio Lusitano Triunfante*. Mas há muitos outros italianos que, no primeiro quartel do século XIX, desempenham um papel de relevo no contexto musical lisboeta, onde ficam até à morte, acrescentando um valor político – não só liberal – à sua intervenção artística. Por exemplo, em 1818 chega a Lisboa o sopranista Domenico Lauretti, cantor da Patriarcal (até 1836) e membro da Irmandade de Santa Cecília. Na capital portuguesa manifesta simpatias miguelistas e compôs uma Missa a 4 vozes e orquestra dedicada ao príncipe usurpador⁵⁴. Nos anos 40 desempenhará a atividade de professor de canto no Conservatório. Um ano depois da chegada de Lauretti, aparece em Lisboa o compositor romano Luca Agolini (ou Angolini, segundo o seu registo nos elencos consulares)⁵⁵, que trabalha em diversos teatros da capital até 1828, deixando uma obra que manifesta as suas simpatias absolutistas (*Viva o Senhor D. Miguel I. Inno Imperiale com variazioni composte per Luca Agolini Romano*)⁵⁶. A emigração italiana para Portugal é também motivada por questões políticas: isto porque, como já referimos, Lisboa é naqueles anos ponto de chegada de exilados políticos italianos, entre os quais se destacam as figuras de Guglielmo Pepe, Giuseppe Pecchio e Giacinto Provana di Collegno⁵⁷.

⁵³ Archivio di Stato di Napoli (doravante ASN), Ministero degli Esteri, *Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)*, busta 2692, f. sem número (em 4/1/1820).

⁵⁴ VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves – *A produção musical de índole política no período liberal (1820-1851)*. Lisboa: [s.n.], 2008. p. cxxxi. Tese de mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁵ Luca Angolini, súbdito pontifício, professor de música (43 anos em 1823), residente em Lisboa, na rua das Salgadeiras (na Misericórdia), n. 2 (ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia*, cx. 342, f. 26 [1823]).

⁵⁶ VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves – *op. cit.*, p. cxxv.

⁵⁷ Sobre o assunto, cf. DI GIUSEPPE, Francesca – *op. cit.*; BRON, Grégoire – *op. cit.*; CALZAVARA, Dario; CASSINO, Carmine – The nineteenth-century italian political migration to the Lusophone. *Mediterranean Journal of Human and Social Sciences*. Roma: MCSER. Vol. 3 Nº 8 (2012), p. 117-124.

4.2.2 - Ciências

O mundo intelectual lisboeta (e português) das primeiras décadas de Oitocentos enumera várias personalidades de origem italiana, algumas ligadas à emigração de cientistas que teve lugar durante o pombalismo e à qual nos referimos no capítulo antecedente. É este o caso do paduano Domenico Vandelli, chegado a Portugal em 1764 e fundador do jardim botânico de Coimbra (1772). Pelas suas competências nas ciências naturais é chamado a dirigir, nos anos seguintes, o real jardim botânico da Ajuda⁵⁸. Naqueles anos Vandelli distingue-se também pelos seus sentimentos “esclarecidos”, que lhe valem numerosas acusações de *afrancesado*, acabando por se ver envolvido na Setembrizada (1810). Vandelli, devido talvez à sua idade avançada (perto dos oitenta anos), consegue evitar a deportação para o Brasil e obter uma autorização especial para dirigir-se para Inglaterra. Contudo, são vários os italianos envolvidos nesta operação de repressão antiliberal, como o já mencionado pintor Domenico Pellegrini (que, como vimos, acaba por fixar-se novamente em Londres), o piemontês Urbino Pizzetti, o funcionário particular e professor Luís Francisco Risso, o copeiro romano Filippo Bernardini, o negociante genovês José Maria Cambiasso e o negociante romano Pietro Paolo Candidi⁵⁹. Domenico Vandelli morre em 1816, deixando descendência em Lisboa: o filho Alexandre torna-se, desde 1819, diretor da Intendência Geral de Minas e Metais do Reino, sendo incluído pelo geógrafo Adriano Balbi entre as pessoas a quem agradece pela ajuda recebida na realização do seu célebre ensaio estatístico sobre Portugal⁶⁰. Contrariamente ao pai, Alexandre Vandelli manifesta sentimentos políticos absolutistas e, por essa razão, será obrigado a abandonar o Reino em 1833.

Grande representante da população luso-italiana é o já evocado Marino Miguel Franzini, deputado nas Cortes Constituintes de 1821 e depois nas Ordinárias de 1822. Trata-se dum intelectual que sempre gozou de grande reputação no ambiente liberal; naquela mesma altura trabalha sobre assuntos próximos dos de Balbi, tendo começado desde cedo a publicar vários estudos no âmbito das estatísticas sobre a população portuguesa (de 1825 é a primeira edição do *Almanach Portuguez*). Marino Miguel é filho de Michele Franzini⁶¹, veneziano, chamado a Portugal pelo marquês de Pombal para trabalhar como professor de álgebra no Colégio dos Nobres (nos anos em que prestam seus serviços também Michele Ciera e Giovanni Brunelli). Após a abolição do ensino das ciências naquela instituição pombalina (1772), Franzini passa a lecionar na Universidade de Coimbra. A família

⁵⁸ Cf. LONGO, Biagio - Domenico Vandelli e la fondazione del primo orto botanico nel Portogallo. *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 1940. p. 403-407; VIDAL, Angelina - *Lisboa antiga e Lisboa moderna*. 2ª ed. Lisboa: Veja, 1994. p. 41.

⁵⁹ Cf. MARQUES, António H. De Oliveira – *op. cit.*, p. 101-102; SÃO-PAIO, Marquês de. Para a História dos Setembrizados (o desembargador Sebastião José de São Paio). *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. II série, vol. 17 (1968), p. 33-58; Voz “Setembrizada”. In SERRÃO, Joël – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984. vol. 5, p. 554-556.

⁶⁰ Cf. BALBI, Adriano – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris: Rey et Gravier, 2 tomos, t. I, 1822, p. XI-XII. O geógrafo veneziano não poupa elógios ao filho do naturalista paduano: “un des meilleurs chimistes portugais” (p. LIX).

⁶¹ Cf. NUNES, Maria Fátima – *O Liberalismo português. Ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. p. 23.

dos Franzini é totalmente italiana: a sua mãe é genovesa, Faustina Paola Costa. Nos manuscritos reservados da Biblioteca Nacional guarda-se ainda a certidão do casamento deste casal italiano, realizado em Lisboa em 1777⁶².

Michele morre em Coimbra em 1810, mas isso não impede a continuação da relação do filho com a vertente italiana da família, como demonstram por exemplo as cartas trocadas em 1823 com o seu cunhado, Giuseppe Gervasone, então residente em Génova⁶³ e marido da sua irmã, Anna Maria (o geógrafo tem mais duas irmãs, Sebastiana Maria e Joana Isabel, residentes em Lisboa pelo menos até 1817, ano em que cada uma pede ao rei D. João VI uma pensão de duzentos mil reis)⁶⁴. O alto perfil e o impacto duma figura como esta que acabámos de referir, a par de outras tão relevantes no panorama intelectual luso-italiano, evidenciam e corroboram a ideia segundo a qual “o signo «Franzini» implica o recordar da importação portuguesa do iluminismo italiano [...] alude a um imaginário que desagua no estatuto simbólico que os nomes italianos possuíram e conquistaram em Portugal”⁶⁵.

4.2.3 - Comércio

O comércio constitui o domínio em que a presença italiana adquire um papel mais relevante, comparável àquele que têm os artistas e trabalhadores dos teatros, ainda que se caracterize por uma maior estabilidade na presença e na permanência na capital. De facto, muitos são os casos de atividade comercial da comunidade italiana que se estabelece e permanece durante um período de tempo considerável na capital. Lisboa é, no período cronológico em foco, uma cidade de tradição comercial que desperta ainda considerável interesse pelas possibilidades de negócio que continua a oferecer, facto que condiciona a imigração que se define apesar das contingências de objetiva dificuldade para Portugal.

Por questões de espaço, não procedemos aqui a uma categorização da variedade das tipologias socio-laborais que distinguem este quadro profissional. É um facto que esta fase histórica apresenta dificuldades na definição e classificação deste grupo socioeconómico⁶⁶. Tentaremos fornecer um quadro de conjunto do panorama italiano dentro do comércio lisboeta – ver tabela inscrita mais abaixo –; caracterizaremos depois dois exemplos significativos que representam a presença italiana no mundo do comércio urbano nas primeiras décadas do século.

⁶² Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), *Manuscritos Reservados*, mss. 260, n. 7.

⁶³ BNP, *Manuscritos Reservados*, mss. 260, n. 13.

⁶⁴ BNP, *Manuscritos Reservados*, mss. 260, n. 14.

⁶⁵ NUNES, Fátima – *op. cit.*, p. 21.

⁶⁶ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana – Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Vol. XVII N. 116-117, (1992) (2^a-3^a), p. 407-440.

TABELA N. 2 - Comerciantes italianos em Lisboa nos anos 1825 e 1837

1825	
Nominativos	direção
Agostino Castelani	Rua do Crucifixo
Ambrogio Fassio	A Esperança
André Celesia	Rua das Portas de S. Catarina, 2
Antonio Bagnasco	Rua das Flores, 51
Antonio Marrara	Rua do Chiado
Antonio Perfumo	Rua do Crucifixo, 69
Antonio Rusca	Rua do Arsenal, 34
Angelo Polleri Nicolò	Travessa da Assunção, 24
Benedicto Antonio Sivori	Rua da Horta Seca, 6
Caetano Maggiolo	Travessa da Espera, 44
Carlos J. B. Bolelli	À Moeda
Estanislao Del Pinto	Rua Direita do Loreto, 40
Francisco Cogorno	Rua Nova do Carmo, 15
Francisco José Polleri	Rua d'Oiro, 148
Francisco Maria Durante	Rua da Horta Seca, 6
Francisco Ferrari	Rua dos Retroseiros, 95
Francisco Zignago	Rua do Ouro, 127
Hercules Stampa	Rua do Alecrim, 10
Giacomo Carbone	Rua das Flores, 46
João Armando	Rua do Chiado, 24
João Baptista Canal Murta	A Chagas, 10
João Baptista Sivori	Largo de Santa Catarina, 12B
João Baptista Sciello	Rua do Arsenal, 55
João D'Ambrosi	Rua do Chiado, 29
João Ghiglione	Rua do Ferrejal Debaixo, 19
João Salacco	Rua de São Francisco, 36
José Bernero	Rua da Rosa das Partilhas
José Caramassa	Rua dos Retroseiros, 120
José Massa	Rua Formosa, 31
José Massa Angelo	Rua de São Roque, 29
Ignacio Costa e C.	Rua dos Mártires, 21
Ignacio Satini	Rua do Chiado, 24
Irmãos Guidotti	Rua da Emenda
Manuel D'Ambrosi e C.	Travessa da Cara, 25
Oneto e Richini	Rua do Alecrim, 28
Pedro Scola	Rua da Horta Seca, 18
Rafael Gavazzo e C.	Rua de São Paulo, 18

1837	
Nominativos	direção
Agostino de Poli	Largo do Stephens, 1
Giuseppe Polleri	Largo do Carmo, 5
Antonio Rusca	Rua da Prata
Antonio Rusca Manuele	Calçada de São Francisco, 16
Gaetano Merea	Rua do Ouro, 20
Carlo Fr. Casaniza (Cazzaniga)	Rua da Prata, 173
Carlo Giovanni Battista Bolelli	Defronte da Casa da Moeda, 51
Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros, 95
Francesco Perfumo	Rua dos Capellistas, 15
J. M. Martelli	Rua Larga de S. Roque, 6
Geronimo Cogorno	Rua da Prata, 47
Giovan Battista Sivori	Monte de Santa Catharina, 12
Giuseppe Emanuellis	Rua Nova do Almada
Irmãos Guidotti	Rua Larga de São Roque
Lorenzo Antonio Polleri	Largo do Carmo, 5
Francesco Antonio Maggiolo	Arco da Bandeira, 27
Giovanni Stefano Maggiolo	Rua dos Douradores, 53
Manuele D'Ambrosi	Rua do Carvalho, 20
Giovanni Antonio Massa	Rua do Loreto, 69
Francesco Antonio Michelis	Rua do Ferragial de Baixo, 3
Oneto Richini	Rua da Emenda, 19
Pedro Caviglioli	Rua Direita de São Paulo, 23
Alberto Francesco Perfumo	Rua Nova do Carmo, 7G
Angelo Polleri	Largo do Carmo, 5
Giuseppe Antonio Sivori	Largo de São Paulo, 100
Maria Josefa da Cruz Tasso	Rua da Betesga, 4
Giuseppe Geronimo Tobino	Rua do Ouro, 23
(cognome Ligure)	
Viúva de Bernardo Casale e filhos	Rua do Alecrim, 31
Viúva de Manoel Segalerba e filho	Travessa de Água de Flor, 27
Francesco Zignano	Calçada dos Caetanos, 1

ANTT, Junta do Comércio, *Relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa*, mc. 61 (cx. 199), f. sem número; FRANZINI, Marino Miguel – *Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV*. Lisboa: na Impressão Regia, [s.d.], p. 549-550; *Almanak estatístico de Lisboa em 1837*. [Lisboa]: Impressão de M. G. Coelho e C.ª, p. 145-154. A lista de 1825 não é um elenco exaustivo, mas sim “dos que chegam ao conhecimento do Provedor da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de N. S. do Loreto da Nação Italiana” (na altura, o genovês Manuele d'Ambrosi).

Em primeiro lugar, referimo-nos a uma figura que desempenhou um papel importante na vida social de Lisboa. Antonio Marrara (o Marrare, segundo corrupção na transcrição portuguesa), calabrês, originário da então província de Calábria Ultra (precisamente no atual território do distrito de Reggio di Calabria, entre as vilas de Calanna e Laganadi, onde residiam os seus familiares)⁶⁷, emigrado para Lisboa em finais do século XVIII, como copeiro do marquês de Nisa, que muito provavelmente o conheceu em Nápoles numa das suas missões militares, em 1792 ou 1799. Trata-se de uma figura histórica da cidade do romantismo, respeitada nos ambientes de vida mundana e pela alta burguesia lisboeta e dotada de elevadas capacidades de gestão. Na capital portuguesa, Marrara protagoniza uma rápida escalada empresarial no campo da restauração, chegando a controlar vários café da cidade (no total serão sete)⁶⁸, a partir do “Marrare do arco da Bandeira” (no homónimo lugar no Rossio) e do “Marrare do São Carlos” (na esquina entre as atuais ruas Anchieta e Cabelo, nas proximidades do Teatro). Estes são lugares de reunião de liberais e *afrancesados*, sobretudo o primeiro, que desempenhou esta função em 1820 (além de ser lugar de encontro habitual de toureiros)⁶⁹. Já o segundo é um espaço de interação e desenvolvimento da vida do público do Teatro, e por esta razão é constantemente vigiado pela polícia: por exemplo, em maio de 1828, aquando da ação de repressão policial que se segue ao restabelecimento do absolutismo, são espoliadas dos depósitos do Teatro – como sucede no Teatro dos Condes – as próprias armas que eram utilizadas nos espetáculos⁷⁰. Contudo, o lugar mais célebre gerido pelo calabrês em Lisboa será o “Marrare do Polimento”, inaugurado em 1820 na rua das Portas de Santa Catarina (atualmente rua Garrett, 56), “café de grande importância social, política e literária”⁷¹, onde se ia “como os romanos iam a Atenas”⁷². Antonio Marrara morre em 1839 e a gerência do seu café trespassa, após um período de controle do seu sobrinho José Marrare, à família Ferrari, que funda a firma histórica e de realce no mundo da restauração citadina.

O segundo caso diz respeito à mais importante das casas comerciais italianas em Portugal nesta centúria, a *Oneto e Richini*, fundada naqueles anos por Giacomo Oneto como filial da sua sociedade genovesa, especializada na importação e comércio de produtos coloniais, assim como na intermediação de produtos manufatureiros

⁶⁷ ASN, *Ministero degli Esteri. Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)*, busta 2692, (12 aprile 1826).

⁶⁸ Vide AMORYM, Roby – *Da mão à boca: para uma história da alimentação em Portugal*. Lisboa: Salamandra, 1987. p. 225. Segundo Eduardo Sucena («Cafés», em *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 193), existiu um café gerido por António Marrara também no Caís do Sodré, no mesmo sítio que atualmente abriga o famoso British Bar.

⁶⁹ Refere o historiador conimbricense Francisco Câncio na sua obra *Coisas e loisas de Lisboa antiga* (Lisboa: Imprensa Barreiro, 1951. p. 49) que quer no Marrare do Polimento, quer no do Arco da Bandeira, aos sábados de manhã reuniam-se os amadores de tourada, que aí petiscavam alguma coisa antes de se dirigirem ao Campo Grande para assistir e participar nas afamadas touradas que aí se realizavam. Segundo Raul Brandão (*Vida e morte de Gomes Freire*, pref. de Victor de Sá. Lisboa: Editorial Comunicação, 1987. p. 95-96), o Marrare (do Arco da Bandeira) era também um lugar de encontro dos amigos e revoltosos de Gomes Freire na véspera da conspiração de 1817.

⁷⁰ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *Contas Confidenciais*, liv. 224, p. 38v.

⁷¹ Lema “Marrare do Polimento”. In MATOS, Alfredo Campos (coord. e org.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1988. p. 585.

⁷² CARVALHO, Pinto de (Tinop) – *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1899. p. 128.

genoveses, destinados às colónias e, geralmente, à América do Sul (mercado de referência, naquela altura, para as mercadorias lígures). A família dos Oneto possui, naqueles anos, o monopólio do tráfico dos produtos coloniais no porto de Génova⁷³.

Giacomo Oneto acompanha a atividade da sociedade lisboeta pelo menos até meados dos anos trinta: após esta data fixa-se definitivamente em Génova. Contudo, é em Lisboa que encontra a sua esposa, Maria Eugénia Roiz de Silva, que se transfere com ele para a cidade lígure, onde Giacomo Oneto começa a sua escalada no mundo da finança e da política. No entanto, Oneto tinha já ampliado a gama dos seus interesses na capital portuguesa, abrindo-se ao mundo financeiro: de facto, temos notícias de que, já desde 1830, a sua sociedade com Giovanni Richini (lígure, nascido em Nervi e treze anos mais velho do que ele) desenvolve também funções de casa de câmbio, como atesta uma crónica inglesa que dá conta da (difícil) tarefa dos agentes de intermediação dos credores internacionais do governo de D. Miguel⁷⁴.

CONCLUSÕES

Como vimos, a presença italiana na cidade de Lisboa alarga a sua importância até à primeira metade do século XIX, centúria fundamental pelo desenvolvimento das lutas pela independência italiana e para o surgimento duma consciência nacional. Lisboa é cenário das práticas de construção duma identidade comum pela comunidade italiana nela residente. Esta é composta por diferentes grupos regionais, entre os quais prevalece o do Reino da Sardenha, que desde 1815 inclui os territórios da antiga República de Génova, cujas relações com o Império Português e a presença na cidade de Lisboa remontam à idade média. Os genoveses (e lígures em geral) são os mais numerosos; a prevalência deste fluxo migratório nestes anos pode explicar-se por duas razões socioeconómicas. Em primeiro lugar, pela situação na cidade de origem (e sua região) na passagem entre os séculos XVIII e XIX, caracterizada por falências financeiras públicas e privadas, e alta dívida pública (herança do período napoleónico); isto é, uma situação de completa estagnação, particularmente logo após o Congresso de Viena⁷⁵. Em segundo lugar, e como consequência do que acabámos de referir, por um clássico fenómeno de cadeia migratória (em italiano: *fenomeno di richiamo*). Em relação aos outros grupos regionais interessados na emigração para Portugal, valem as razões da cadeia migratória, bem como o papel que Lisboa continua a desempenhar economicamente entre o Atlântico e o Mediterrâneo e a sua importância a nível cultural (teatro e belas artes).

⁷³ ROLLANDI, Maria Stella – Da ‘negozianti’ a banchieri: a famiglia Oneto nell'Ottocento. In SPINGARDI, Caterina Olcese (dir.) - *Ottocento in salotto. Cultura, vita privata e affari tra Genova e Napoli*. Firenze: Maschietto, 2006. p. 44.

⁷⁴ «The Portuguese government have thought fit to publish a pamphlet in reply to the Address of the Regency of Terceira, in which they deny the right of Don Pedro to abdicate in favour of his daughter Donna Maria, and assert that Don Miguel is the legitimate Sovereign of Portugal. Several bills of exchange drawn on Don Miguel's treasury by his diplomatic agent at Paris, and which had been endorsed by the banker of the King of Spain, in the French capital, having been forwarded to the house of Oneto and Richini, at Lisbon, were by them presented for payment; but after repeated applications, Oneto and Co. were compelled to protest the bills for non-payment. This avowal of the utter impoverishment of Don Miguel's government had put even his adherents to shame» (*London St. James Chronicle and General Evening Post*, edição de 1/06/1830, p. 1).

⁷⁵ ROLLANDI, Maria Stella - *op. cit.*, p. 41.

Em conclusão, o processo de “italianização” (ou seja, de crescente presença e influência da cultura material e imaterial italiana) que se faz sentir em Portugal a partir de meados do século XVIII alarga-se até ao período que consideramos, chegando à época da própria unificação italiana, em 1861. Na nossa análise não tivemos em conta esta segunda parte, que podemos restringir cronologicamente aos anos de 1834 a 1861. Isto porque é inevitável que o espírito da própria comunidade, reunida em torno dos seus centros aglutinadores, reforce a nova identidade ao aproximar-se dos acontecimentos cruciais da unificação da Península. Por isso, a investigação confere um interesse mais aprofundado ao percurso que precede estes momentos. Porque é naqueles anos que a questão nacional italiana encontra as suas bases, como tentámos demonstrar ao longo do texto: ou seja, é então que começa a esboçar-se um grupo homogéneo, reconhecido pelo ambiente que o acolhe e que desenvolve processos de autoidentificação – a que chamámos “práticas de nacionalidade” –, levados a cabo por uma comunidade luso-italiana, que é parte relevante da história Oitocentista da cidade de Lisboa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 9º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia [1823-24]*, cx. 342.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma*, cx. 233.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Legação de Sardenha em Lisboa*, cx. 511.

Junta do Comércio, *Relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa*, mç. 61 [cx. 199].

Intendência Geral da Polícia, *Contas Confidenciais*, liv. 224.

Archivio di Stato di Napoli (ASN)

Ministero degli Esteri, *Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1815-1829)*, busta 2690.

Ministero degli Esteri, *Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)*, busta 2692.

Biblioteca Nacional de Portugal

Manuscritos Reservados, mss. 260.

Fontes impressas e estudos

Almanak estatístico de Lisboa em 1837. [Lisboa]: Impressão de M. G. Coelho e C.^a, [1837?].

ALESSANDRINI, Nunziatella – La presenza genovese a Lisbona negli anni dell'unione delle corone (1580-1640). Genova y la Monarquia Hispánica (1528-1713). *Atti della Società Ligure di Storia Patria*. Genova: [s.n.]. Nuova Serie Vol. LI (CXXV) (2011), fasc. I, p. 73-98.

AMORYM, Roby – *Da mão à boca: para uma história da alimentação em Portugal*. Lisboa: Salamandra, 1987.

ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Artes várias, duros tempos: notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838). *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: [s.n.]. I Série Vol. 1 (2002), p. 149-172.

ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta. In COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE ARTE, 7, Porto, 2005 – *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa: actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2007. p. 21-30.

ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – O restauro de painéis e a actividade de alguns pintores italianos em Portugal. In TOPA, Francisco; MARNOTO, Rita (org.) – *Nel mezzo del cammin*. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea. Porto: Sombra pela Cintura, 2009. p. 11-63.

BANTI, Alberto Maria – *Il risorgimento italiano*. 8^a ed. Roma-Bari: Laterza, 2013.

BARDET, Jean-Pierre; DUPÂQUIER, Jaques (ed.) – *Histoire des populations de l'Europe. Vol. II: La révolution démographique*. Paris: Fayard, 1998.

BHABA, Homi K. – Disseminação: tempo, narrativa e as margens da nação moderna. In BUESCU, Helena; DUARTE, João Ferreira; GUSMÃO, Manuel (org.) – *Floresta encantada: novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Dom Quixote, 2001. p. 533-569.

BRON, Grégoire – *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*. Paris [etc.]: [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

CALZAVARA, Dario; CASSINO, Carmine – The nineteenth-century italian political migration to the Lusophone. *Mediterranean Journal of Human and Social Sciences* [Em linha]. Roma: MCSER. Vol. 3 N. 8 (2012), p. 117-124. Disponível na Internet: <http://www.mcser.org/images/stories/MJSS-Special-issues/mjss%20vol%203%20no%208%20april%202012.pdf>.

CARVALHO, Pinto de (Tinop) – *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1899.

COSTA, Luiz Xavier da – *Francesco Bartolozzi: versão de extractos, em português, com anotações tiradas de outras fontes*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1943.

- CURTIN, Philip D. – *Mercanti: commercio e cultura dall'antichità al XIX secolo*. Bari: Laterza, 1988.
- DE FELICE, Emidio – *Dizionario dei cognomi italiani*. 2ª ed. Milano: Oscar Studio Mondadori, 1979.
- DI GIUSEPPE, Francesca – *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*. Napoli: [s.n.], 2010. Tese de doutoramento em Ciências Históricas, Arqueológicas e Historicoartísticas (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”.
- DIAS, João Pereira – *Cenógrafos italianos em Portugal. Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. Vol. IV (1941), p. 44-55.
- FILIPPI, Sergio – *La Chiesa degli Italiani: cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013.
- FRANÇA, José Augusto – *Lisboa: história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- FRANZINI, Marino Miguel – *Almanach portuguez. Anno de MDCCCXXV*. Lisboa: na Impressão Regia, [1825?].
- GABACCIA, Donna R. – *Emigranti*. Torino: Einaudi, 2003.
- GABACCIA, Donna R. – L'Italia fuori d'Italia. In CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo (dir.) – *Storia d'Italia. Annali 24. Migrazioni*. Torino: Einaudi, 2009. p. 226-248.
- HOBBSAWM, Eric J. – *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*. 2ª ed. Lisboa: Terramar, 2001.
- LONGO, Biagio – Domenico Vandelli e la fondazione del primo orto botanico nel Portogallo. *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 1940. p. 403-407.
- MACHADO, C. Volkmar – *Collecção de memórias, relativa às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: na Impressão de Victorino Rodrigues da Silva, 1823. p. 229.
- MARQUES, António H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990-1997.
- MATOS, Alfredo Campos (org.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1988.
- NUNES, Maria Fátima – *O Liberalismo português: deários e ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911.
- PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana – Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. V. XVII Nº116-117 (1992), p. 407-440.
- RIMONDINI, Giovanni; SAMOGGIA, Luigi – *Francesco Saverio Fabri: formazione e opera in Italia e Portogallo*. Medicina: Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, 1979.

- RODRIGUES, Teresa – Os movimentos migratórios em Lisboa: estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos. *Ler História*. Lisboa: ISCTE. Nº 26 (1994), p. 45-75.
- RODRIGUES, Teresa – Um espaço urbano em expansão: de Lisboa de Quinhentos à Lisboa do século XX. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa: Quetzal Editores. Nº13 (1994), p. 95-117.
- RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos, 1995.
- ROLLANDI, Maria Stella – Da ‘negozianti’ a banchieri. La famiglia Oneto nell’Ottocento. In SPINGARDI, Caterina Olcese (dir.) - *Ottocento in salotto: cultura, vita privata e affari tra Genova e Napoli*. Firenze: Maschietto, 2006. p. 41-47.
- ROMANO, Ruggero; VIVANTI, Corrado (coord.) – *Storia d'Italia. Dal Primo Settecento All'unità*. Torino: Einaudi, 1973. vol. 3.
- ROSARIO, Moraes do – *Genoveses na história de Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1977.
- ROSSI, Giuseppe Carlo – Inediti di italiani a Cascais. *Convivium raccolta nuova*. Torino [etc.]: Società Editrice Internazionale. Nº 5-6 (1950), p. 812-824.
- SÃO-PAIO, Marquês de - Para a História dos Septembrizados (o desembargador Sebastião José de São Paio). *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. II série, vol. 17 (1968), p. 33-58.
- SASPORTES, José – Trajetória da dança teatral em Portugal. *Biblioteca Breve*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa. Vol. XXVII (1979).
- SERRÃO, Joël – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984. vol. 5
- SOARES, Ernesto – Francisco Bartolozzi em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Italiana em Portugal. Fasc. 7-8 (1943), p. 110-118.
- SUCENA, Eduardo – Voz «cafés». In SANTANA, Francisco (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 193.
- THOMAZ, Manuel Fernandez – *Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1815.
- VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves – *A produção musical de índole política no período liberal (1820-1851)*. Lisboa: [s.n.], 2008. Tese de mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- VARGUES, Isabel Nobre – Liberalismo e independência: os exilados italianos em Portugal. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. Tomo XXXI, vol. II (1996), p. 411-426.
- VASCONCELOS, José Leite de – *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- VENTURA, António – *Uma história da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.
- VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna*. 2ª ed. Lisboa: Veja, 1994.